

# “DAR DE BEBER A QUEM TEM SEDE”: A MEMÓRIA TRAUMÁTICA DOS ESPAÇOS DE VIOLÊNCIA COMO ELEMENTO NARRATIVO EM *MEMÓRIAS DO CÁRCERE*, DE GRACILIANO RAMOS

“DAR DE BEBER A QUEM TEM SEDE”: THE TRAUMATIC MEMORY OF SPACES OF VIOLENCE AS A NARRATIVE ELEMENT IN *MEMÓRIAS DO CÁRCERE*, BY GRACILIANO RAMOS

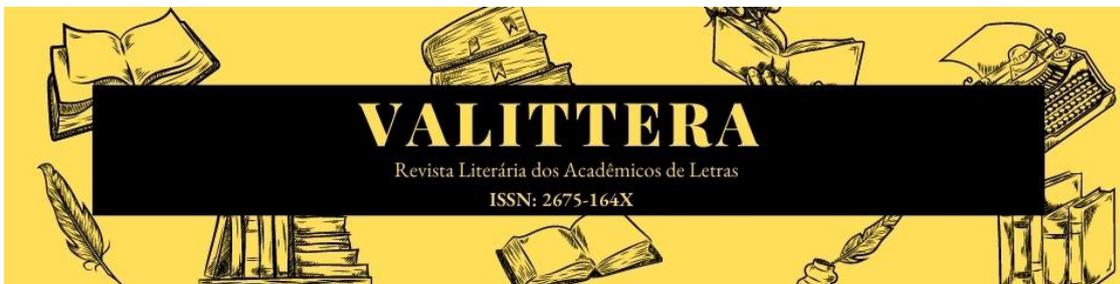
Júlia Ribeiro Nicolodi<sup>1</sup>

**RESUMO:** Graciliano Ramos é conhecido por sua grande habilidade em tornar a experiência sua condição para escrita, sendo sempre fiel aos acontecimentos e à realidade que o cercaram para a construção de suas narrativas. Diferente do que vemos em suas obras ficcionais, mesmo que também sejam fiéis à realidade do escritor, em *Memórias do Cárcere* (1953) temos um Graciliano Ramos que revisita seu passado no intuito de construir sua última grande narrativa: o retrato dos seus dias como prisioneiro da Ditadura Vargas. Preso em 1936, o escritor alagoano faz da sua vivência pessoal o testemunho dos anos de perseguição política, em que sua memória é usada como manifestação artística para narrar o inenarrável. Pensando nisso, este artigo tem como principal objetivo entender como a violência testemunhada pode ser ferramenta essencial para a escrita do texto e até mesmo para o fortalecimento da literatura de testemunho, gênero literário tão comum aos países latino-americanos que vivenciaram as ditaduras do século XX. E para estudar e entender como a memória traumática pode ser usada a favor do texto literário, foram utilizados textos escritos por Walter Benjamin, Márcio Seligmann-Silva, Maurice Halbwachs, Valéria de Marcos e tantos outros nomes da área da teoria literária.

**PALAVRAS-CHAVE:** Literatura de Testemunho; Literatura e Violência; Memória Traumática.

**ABSTRACT:** Graciliano Ramos is known for his great ability to make the experience his condition for writing, always being faithful to the events and reality that surrounded him for the construction of his narratives. Different from what we see in his fictional works, even they also being faithful to the reality of the writer, in *Memórias do Cárcere* (1953) we have a Graciliano Ramos who revisits his past in order to build his last great narrative: the portrait of his days as a prisoner of Vargas Dictatorship. Arrested in 1936, the writer from Alagoas makes his personal experience the testimony of the years of political persecution, in which his memory is used as an artistic manifestation to narrate the unspeakable. Thinking about it, this article aims to understand how witnessed violence can be an essential tool for writing the text and even for the strengthening of testimony literature, a literary genre so common to Latin American countries that experienced the dictatorships of the twentieth century. And to study and understand how traumatic memory can be used in favor of literary text,

<sup>1</sup> Graduanda em Letras – Português/Inglês Na Universidade Estadual de Maringá - Brasil. E-mail: [nicolodijul@gmail.com](mailto:nicolodijul@gmail.com)



here we used texts written by Walter Benjamin, Márcio Seligmann-Silva, Maurice Halbwachs, Valeria de Marcos and so many other names in the field of literary theory.

**KEYWORDS:** Testimony literature; Violence and literature; Traumatic Memory.

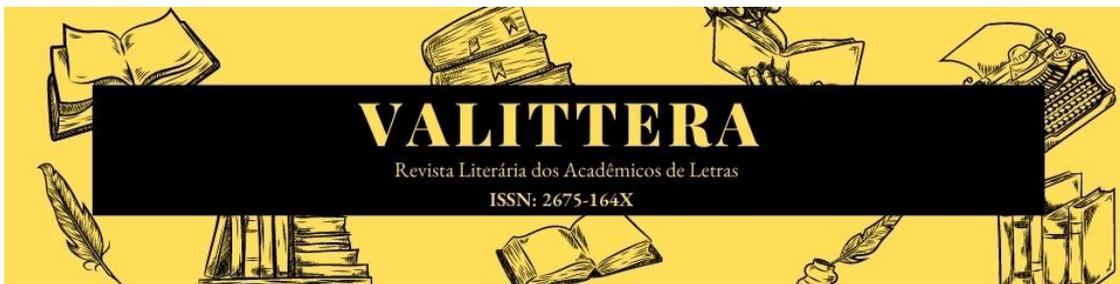
## 1 INTRODUÇÃO

Que adianta? Impossível conceber o sofrimento alheio se não sofremos.  
(RAMOS, 2004, p. 316, v. II)

Graciliano Ramos, nascido em Quebrangulo, cidade fronteiriça entre Alagoas e Pernambuco, foi criado desde cedo entre pequenas cidades do sertão nordestino. Foi escritor de inúmeros gêneros, muitas vezes jornalista e político por seus oito filhos, visto que “era preciso calçá-los, vesti-los, alimentá-los” (RAMOS, 2004, p. 34, v. I). O escritor, apelidado de Velho Graça, era construtor de narrativas minuciosas e esquemáticas, adepto dos personagens anti-heroicos e de intenso teor psicológico. Foi preso durante a Ditadura Vargas, e essa experiência deu vida ao seu último trabalho: *Memórias do Cárcere*.

Em 1953, aos 61 anos de idade, Graciliano falece, e seis meses depois a obra *Memórias do Cárcere* foi publicada pela Editora José Olympio. O livro foi inicialmente dividido em quatro volumes, embora o escritor não tenha concluído a obra antes de falecer, faltando o capítulo final, que trata de narrar as experiências pelas quais Graciliano Ramos passou ao ser encarcerado sem processo ou interrogação formal. Preso em 1936, um ano após a Intentona Comunista, o escritor esteve sob clausura durante dez meses, passando por porões de navios, até que, enfim, fosse transferido para a Casa de Correção do Rio de Janeiro.

É preciso, porém, estar ciente de que a construção textual em *Memórias do Cárcere* é feita a partir da memória, utilizando-a como manifestação artística, já que Graciliano era impossibilitado de guardar notas sobre os acontecimentos que presenciava. E para que haja a comprovação da veracidade de suas memórias, o autor faz, no início de seu texto, um acordo com o leitor:



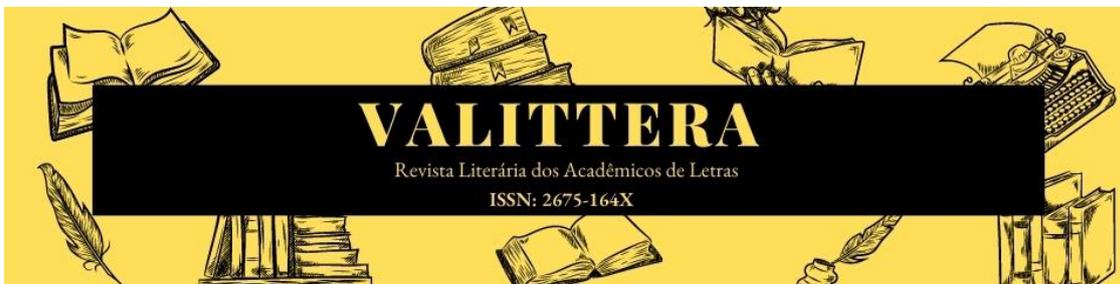
Resolvo-me a contar, depois de muita hesitação, casos passados há dez anos – e, antes de começar, digo os motivos porque me silencie e porque me decido.... Também me afligi a ideia de jogar no papel criaturas vivas, sem disfarces, com os nomes que têm no registro civil. Repugnava-me deformá-las, dar-lhes pseudônimo, fazer do livro uma espécie de romance; mas teria eu o direito de utilizá-las em história presumivelmente verdadeira? Que diriam elas se se vissem impressas, realizando atos esquecidos, repetindo palavras contestáveis e obliteradas? (RAMOS, 2004, p. 33, v. I).

No ramo da literatura, temos esse acordo denominado por Philippe Lejeune (2014) como *pacto autobiográfico*: por meio de um contrato textual, o autor convence o leitor da veracidade dos fatos expostos no texto biográfico. Assim, o leitor toma como verdade do indivíduo aquilo que é exposto, já que, a partir do pacto feito, Autor, Personagem e Narrador são a mesma pessoa.

Ainda, é preciso levar em consideração que, na literatura memorialista, o mnemônico é fundamento para a escrita, daí surgem as possibilidades de incompatibilidade na construção de uma autobiografia, manifestando traços ficcionais e pondo em questionamento até onde seria possível a memória ser fiel aos acontecimentos reais, já que os sujeitos do texto estão separados pela distância temporal da enunciação e dos fatos em si.

Além disso, temos como mecanismo de funcionamento do texto o testemunho de situações violentas pelas quais Graciliano Ramos passou e levou consigo por dez anos, até que decidisse finalmente escrever. Ao assumir a tarefa de escrever sobre o período em que esteve preso, o escritor algoano fortalece o movimento da literatura de testemunho, em que escritores constroem narrativas que denunciam o horror dos anos de ditaduras militares na América Latina e do Holocausto da Segunda Grande Guerra, como forma de reconstrução da própria História. Isto é, Graciliano Ramos, em prol da veracidade dos fatos passados durante a Era Vargas, faz da experiência condição para escrita, como afirma Antonio Candido (1999, p. 58).

Assim como Medeiros (2007, p. 16) afirma, analisaremos as memórias que Graciliano Ramos relata partindo do pressuposto de que elas “são uma reconceitualização do passado a partir do momento presente”, ou seja, consideraremos a memória como algo que pode ser interferido pela nebulosidade das lembranças traumáticas, já que a distância entre o tempo



vivido e o tempo narrado influencia na escrita, tornando-se empecilho no momento de delimitar o que é verdade e o que é criação.

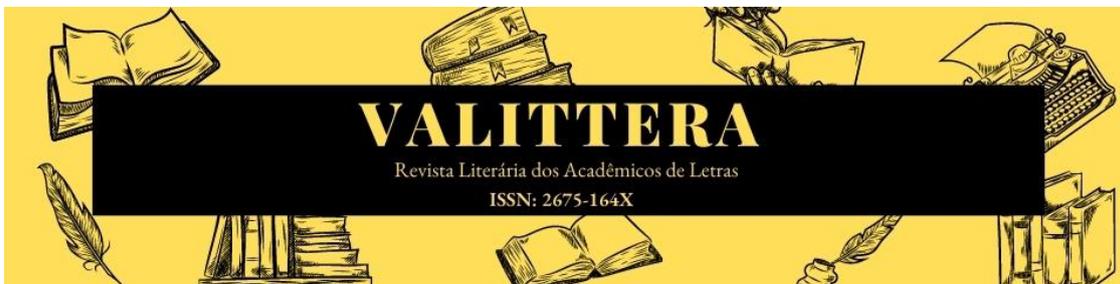
## 2 TESTEMUNHO E VIOLÊNCIA

O conceito de literatura de testemunho tem se tornado um tema recorrente nos estudos literários de hoje, muito porque a nova literatura busca mostrar e expressar a relação existente entre literatura e violência. Assim, assumimos que a literatura de testemunho é aquela que busca retratar a violência e a luta pela sobrevivência diante de eventos traumáticos (ANTONELLO, 2016). Essa vertente literária possui “duas grandes concepções”, como afirma Marco (2004), e, embora ambas busquem o mesmo objetivo, passar adiante a história dos marginalizados, essas vertentes possuem diferenças sistemáticas. A primeira concepção é aquela produzida em território latino-americano, que representa, em maior parte, os anos da violência das ditaduras do século XX, enquanto a segunda busca reproduzir os horrores do Holocausto.

A literatura de testemunho ganha voz no século XX por conta do que Hobsbawm chama de “era das catástrofes”, marcada por eventos de grande violência, a citar as duas Grandes Guerras, as guerras de independência colonial, as guerras civis e as revoluções. No entanto, a representação da violência na literatura não é algo que ganhou voz apenas no século passado, podemos encontrar inúmeras narrativas construídas sobre um cenário de violência, a exemplo a própria história da literatura brasileira:

[...] a história brasileira, transporta em temas literários, comporta uma violência de múltiplos matizes, tons e semitons, que pode ser encontrada [...] tanto em prosa quanto em poesia: a conquista, a ocupação, a colonização, o aniquilamento dos índios, a escravidão, as lutas pela independência, a formação das cidades e dos latifúndios, os processos de industrialização, o imperialismo, as ditaduras... (PELLEGRINI, 2004, p. 16).

Por tratar de acontecimentos muitas vezes impossíveis de narrar, a literatura de testemunho apresenta uma nova face da literatura: narrativas que estão além do simbólico e

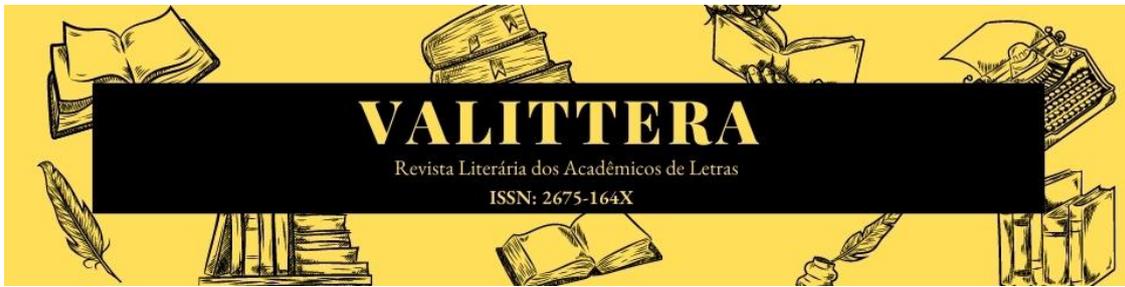


do sentido. Embora essa literatura seja construída em cima de um paradoxo – narrar o inenarrável –, ela é de extrema importância para a construção da História, pois denuncia casos de extrema violência, como aquela dos sobreviventes dos campos de concentração e dos presos políticos das ditaduras, que ganharam voz através de seus escritos.

Em 1936, Graciliano Ramos foi preso durante a Era Vargas (1930 – 1945) por suposta filiação ao Partido Comunista, embora nunca tenha sido, de fato, julgado ou interrogado, e dessa experiência nasceu a última obra do autor, *Memórias do Cárcere*. Essa obra traz testemunhos da violência de Estado e de como a condição foi imposta a ele, tanto ordens físicas como morais, o que comprova a pontuação que Antonio Candido (1999, p. 58) faz acerca da escrita graciliana: “a experiência é condição da escrita”, já que no decorrer do livro o autor retoma sua condição inferiorizada:

Estranho, estranho demais. A fadiga alquebrava-me, impedia-me esboçar um sorriso de reconhecimento. Precisamos viver no inferno, mergulhar nos subterrâneos sociais, para avaliar ações que não poderíamos entender aqui em cima. Dar de beber a quem tem sede. [...] Ali me havia surgido uma alma na verdade misericordiosa (RAMOS, 2004, p. 154, v. I).

Podemos notar o isolamento em que Graciliano cai, pois, para escapar da opressão dos policiais, o autor buscou o silenciamento, tanto físico como verbal. No decorrer da leitura nos deparamos com cenas em que, por sentimento de fraqueza e insuficiência diante de situações absurdas, o personagem-autor deixa de lado sua voz e analisa as situações ao seu redor, mantendo sempre sua imparcialidade, tirando a si mesmo do centro dos acontecimentos. Podemos usar, como exemplo, o momento em que o escritor e seus companheiros recebem a notícia de que seriam transferidos para a Colônia Correccional Dois Rios, em Ilha Grande. Graciliano discorre, durante alguns parágrafos, sobre como as decisões pareciam ser tomadas “sem alarde, quase sub-reptícias: pareciam atos ilegais, determinados e executados na sombra por malfeitores” (RAMOS, 2004, p. 318, v. I), e como isso o amedrontava, já que sumiços em massa se tornaram comuns àquela época. O narrador-personagem relata que quando um funcionário surgiu à porta da cela com a lista de nomes a

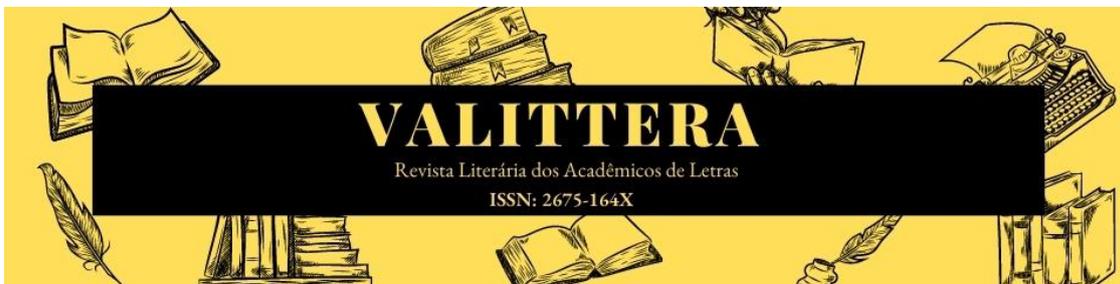


serem transferidos à Colônia Correcional, embora quisessem passar a imagem de conforto e tranquilidade aos companheiros, recusaram-se a acreditar no que acontecia.

No rés-do-chão havia um burburinho. Os homens chamados se arranjavam à pressa, vestiam-se lançando ao acaso pedaços de recomendações, entravam e saíam dos cubículos, a despedir-se. Foram em seguida, carregando maletas e embrulhos, postar-se em linha diante da grade larga do vestíbulo. O funcionário consultava a lista, conferia os nomes, verificava a identidade. [...] Eram necessárias algumas palavras de solidariedade aos companheiros que se retiravam naquele ambiente de perspectivas más. Rodolfo Ghioldi fez um ligeiro discurso (RAMOS, 2004, p. 320, v. I).

No trecho acima, podemos notar o distanciamento de Graciliano Ramos enquanto narra o que acontecia ao seu redor, já que o sentimento de fraqueza e insuficiência diante da opressão sobressaía. A questão da violência é sempre retomada durante o livro, sobretudo por conta da posição social e das ações de Graciliano Ramos como funcionário público. Na época, o país vivia sob forte repressão policial, como Cancelli (1994) discute no livro *O Mundo da Violência: a polícia na Era Vargas*, e um dos principais alvos eram os comunistas, já que suas ideologias iam na contramão das propostas capitalistas e liberais que eram implantadas no país. Enquanto esteve no cargo de diretor da Instituição Pública do Alagoas, o autor alagoano chamou a atenção justamente por seus ideais, visto que era conhecido por sempre manter uma postura sociável e segura diante das classes mais baixas, e nos primeiros capítulos da obra podemos encontrar passagens em que reforça seus atos de altruísmo, como quando distribuiu cadernos à população carente, embora possamos encontrar constantes representações de como a opressão o perseguia antes de sua prisão, a exemplo quando Graciliano recebe ligações anônimas ameaçando-o:

No começo de 1936, funcionário na Instrução Pública de Alagoas, tive a notícia de que misteriosos telefonemas, com veladas ameaças, me procuravam o endereço. Desprezei as ameaças: ordinariamente o indivíduo que tenciona ofender outro não avisa. Mas os telefonemas continuaram. [...] Pedi que não me transmitissem mais essas tolices, com certeza picuinhas de algum inimigo débil, e esqueci-as: nem um minuto supus que tivessem cunho oficial (RAMOS, 2004, p. 38, v. I).

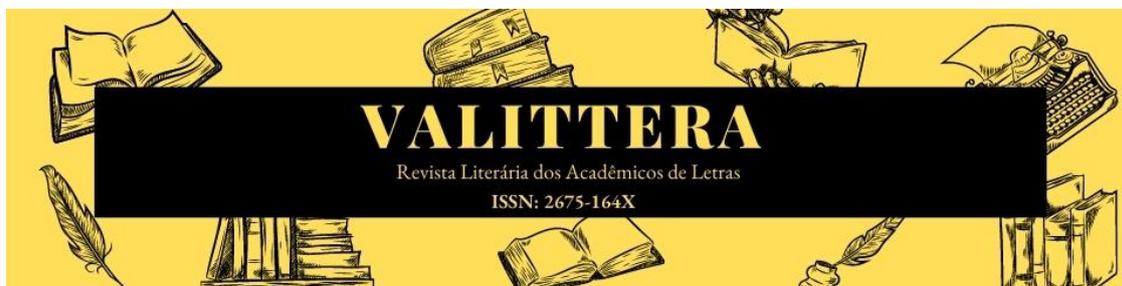


Márcio Seligmann-Silva (2008, p. 67) afirma que os eventos traumáticos decorrem de feridas psicológicas que indivíduos podem presenciar em momentos difíceis. Em períodos de ditadura é comum que companheiros de cela presenciem a tortura de seus colegas, como foi o caso de Graciliano, que ao decorrer do livro menciona inúmeros casos de violência, dor e barbárie, a citar o jovem que é apresentado ao leitor inúmeras vezes como o jovem da “horível tatuagem meio decomposta” (RAMOS, 2004, p. 204, v. I), referenciando-o a partir das marcas deixadas pelo ácido em sua pele.

O estudioso Seligmann-Silva (2008) discute ainda sobre as etapas pelas quais os eventos traumáticos passam. O autor afirma que, assim que o evento traumático acontece, não queremos lembrar, por isso há o isolamento e o afastamento, a fim de evitar que essas feridas sejam expostas novamente. Depois de um tempo, há a necessidade de narrar os eventos que, até então, pareciam inenarráveis, a fim de que a situação traumática seja aliviada ao ser ouvida. No entanto, narrar o inenarrável pode ser de extrema dificuldade, já que ao contar o sujeito passa novamente pelas cenas traumáticas. No trecho a seguir podemos notar como Graciliano Ramos usou da narração para amenizar seu silenciamento:

As figuras estranhas apinhadas ali riam. Riam para mim como se eu fosse uma carcaça também. [...] Estremeci. Não me acharia também daquele jeito? Olhei para o pijama curto e rasgado. Ultimamente dormia pouco, alimentava-me com dificuldade. Extingui a comparação desagradável. Farrapos. Regressavam da Colônia, farrapos. Iriam reconstituir-se, renascer, mas ali eram farrapos. (RAMOS, 2004, p. 15-16, v. II).

Nesse excerto, Graciliano compara seu físico com o dos prisioneiros vindos da Colônia Correccional, e acaba comparando os outros e a si mesmo com farrapos que irão se recuperar, mas não enquanto estiverem presos. Podemos afirmar, então, que Graciliano Ramos usa a narração como mecanismo para diminuir a dor interior a partir do que Benjamin (1987, p. 269) chama de “cura através da narrativa”, em que palavras são usadas para externar o que foi vivenciado, visto e sentido. Assim, o escritor alagoano usa essa ferramenta para exteriorizar situações como aquelas em que não pode defender seus colegas ou aquelas em que o incômodo físico e psicológico o privava do sono. Abaixo, podemos ver como a



narrativa consegue levar o leitor a vivenciar as situações de delírio e medo pelas quais os prisioneiros da Era Vargas passavam:

Sem achar repouso no colchão delgado, estive muitas horas a cochilar um sono cheio de perturbações. A trave de ferro deslocava-se, magoava-me a ilharga, de quando em quando era preciso fixá-la entre as costelas e o osso do quadril; bichos miúdos picavam-me; os passos regulares do guarda soavam na plataforma; um surdo rumor de máquina zumbia monótono. Pelo meio da noite, distingi um chamado próximo, insistente. Ergui-me, cheguei-me à porta, vi em frente um rapaz que tentava comunicar-se com as outras células num aviso misterioso:

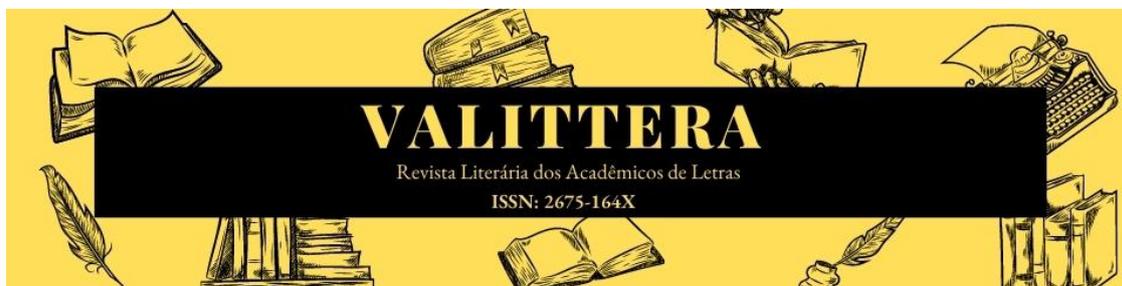
– A metralhadora está comendo, macacada. [...]

Voltei à cama, atônito. Era o ruído enfadonho que o tinha levado a semelhante conclusão. [...] E o homem se desvairava, facilmente mudava em realidade o seu desejo, resolvia-se a acordar as pessoas para transmitir-lhes a convicção e a demência (RAMOS, 2004, p. 217, v. I)

Embora o autor busque dar voz aos seus companheiros, o seu testemunho também implica relatar o traumático para se livrar dele. Desse modo, faz com que as *memórias* sejam evocadas para a construção da narrativa, uma vez que é preciso extrapolar o campo do simbólico e dos sentidos em nome da literalidade, como Primo Levi (1994, p. 153) escreve: “Paradoxalmente minha bagagem de memórias atrozes se tornava uma riqueza, uma semente; ao escrever eu parecia crescer como uma planta”. Temos aqui o emprego do “paradoxalmente”, porque testemunhar eventos traumáticos leva o escritor de encontro direto com as experiências vividas, o autor retorna às situações de violência as quais foi submetido. Mas que, devido à escrita, ajuda a testemunhar e a construir a memória social de uma sociedade, já que durante muito tempo a História não teve uma segunda versão, sendo construída apenas com a versão daqueles que tinham voz. A literatura de testemunho nasceu, portanto, como porta-voz daqueles que foram silenciados pela violência.

### 3 MEMÓRIA E VERACIDADE

Devido à sua importância para a reformulação da História, a literatura de testemunho é considerada como um “guardião de memória”, como aponta Seligmann-Silva (2008). No entanto, quando entramos no debate que configura a produção literária desses textos,



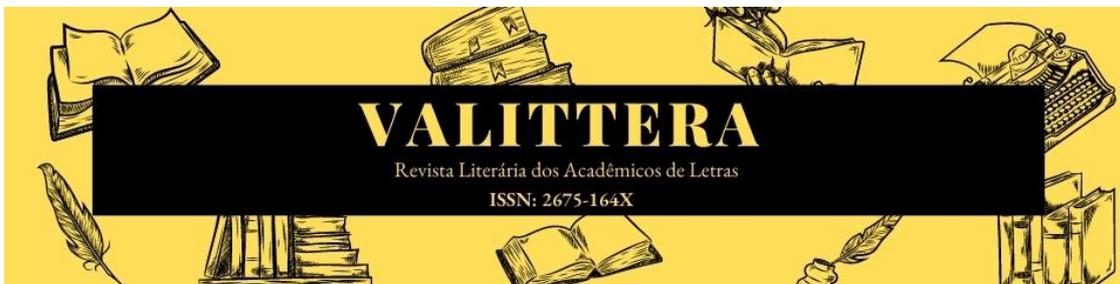
deparamo-nos com alguns questionamentos: onde está o limite entre o fictício e o factual? É possível confiar em narrativas construídas a partir de memórias traumáticas?

Para Valeria de Marco (2004, p. 50), a literatura de testemunho “distingue-se da narrativa ficcional, porque descarta a ficção em favor da manutenção da fidelidade aos fatos.” No entanto, a literalidade é posta em jogo quando há a intenção de narrar eventos traumáticos, visto que há a dificuldade de “traduzir ou transpor a experiência traumática em palavras, justamente porque o trauma se encontra fora do simbólico e do sentido” (ANTONELLO, 2016, p. 19), como dito anteriormente.

Quando colocamos esses testemunhos como “guardiões da memória”, precisamos estar cientes de que estas são construções coletivas, isto é, constituídas “por indivíduos em interação, por grupos sociais, sendo as lembranças individuais resultado desse processo” (ARAUJO, SANTOS, 2007), desse modo, podemos afirmar que as memórias são construções de mais de um “eu”, já que os indivíduos, mesmo que sós, são resultados das interações sociais, como pontua Maurice Halbwachs em seu livro *A Memória Coletiva*. Podemos encontrar essa representação da memória coletiva no final do primeiro capítulo de *Memórias do Cárcere* (2004). Enquanto faz o pacto de leitura com o leitor, Graciliano questiona a veracidade dos fatos ali contados, já que são fatos vivenciados por muitos outros além dele:

Nesta reconstituição de fatos velhos, neste esmiuçamento, exponho o que notei, o que julgo ter notado. Outros devem possuir lembranças diversas. Não as contesto, mas espero que não recusem as minhas: conjugam-se, completam-se e me dão hoje impressão de realidade. Formamos um grupo muito complexo, que se desagregou. De repente nos surge a necessidade urgente de recompô-lo. Define-se o ambiente, as figuras se delineiam, vacilantes, ganham relevo, a ação começa. Com esforço desesperado arrancamos de cenas confusas alguns fragmentos (RAMOS, 2004, p. 36-37, v. I).

Quando Graciliano Ramos decide finalmente registrar suas memórias do cárcere, coloca-se não apenas numa posição pessoal sobre o período, mas admite que a leitura será sobre acontecimentos coletivos, que outros tantos oprimidos pelo Estado Novo seriam ali representados, isto é, o autor opta por contar suas memórias pessoais com o intuito de que outras pessoas se encontrem ali, dando às suas memórias uma dimensão coletiva:



Essa ideia de nos poderem levar para um lado ou para outro, sem explicações, é extremamente dolorosa, não conseguimos familiarizar-nos com ela. Deve haver uma razão para que assim procedam, mas ignorando-a, achamo-nos cercados de incongruências. Temos a impressão de que apenas desejam esmagar-nos, pulverizar-nos, suprimir o direito de nos sentarmos ou dormir se estamos cansados. Será necessária essa despersonalização? Depois de submeter-se a semelhante regime, um indivíduo é absolvido e mandam-no embora. Pouco lhe serve a absolvição: habituado a mover-se como se o puxassem por cordéis, dificilmente se libertará. Condenaram-no antes do julgamento, e nada compensa o horrível dano (RAMOS, 2004, p. 62-63, v. I).

Essa dimensão coletiva de suas memórias é reafirmada quando o autor opta pelo uso da primeira pessoa do plural para conjugar alguns verbos, afastando unicamente de si a responsabilidade pelas lembranças, mostrando ao leitor que este narrador-personagem está próximo de quem lê e vivencia a narrativa, a pé de igualdade e não de superioridade. O próprio Graciliano Ramos (2004, p. 37, v. I) faz apontamentos acerca do uso da primeira pessoa gramatical: “desgosto-me usar a primeira pessoa. Se se tratasse de ficção, bem: fala um sujeito mais ou menos imaginário; fora daí é desagradável adotar o pronomezinho irritante, embora se façam malabarismos para evitá-lo.” Além disso, não é raro que encontremos passagens em que o autor se refira a si mesmo como “Fulano de Tal”, fazendo com que seu nome próprio não apareça se quer uma vez durante a narrativa.

Cubano bateu palmas à hora do almoço e os homens se alinharam. Desviei-me, como sempre fazia, esgueirei-me para as camas vizinhas ao lavatório; ouvi gritarem-me o nome:

– Seu Fulano, entre em forma. Voltei-me:

– Obrigado, não quero almoçar.

(RAMOS, 2004, p. 210, v. II).

Além disso, o narrador beneficia-se com o este tipo de narração, já que faz com que o leitor dialogue com o texto, isto é, ao utilizar a primeira pessoa do plural, há uma possibilidade de construção conjunta do sentido da narrativa. Esse tipo de narrador é discutido por Theodor Adorno (2003), ao propor a existência de um novo modo de narrar, já que a narração entra em confronto com a era das catástrofes. Assim, quando Graciliano



Ramos opta por narrar a relação entre os prisioneiros, há a possibilidade de diálogo entre texto e leitor, visto que o leitor é induzido a sensibilizar-se pela situação narrada. Podemos constatar no fragmento abaixo:

Ouvimos um barulho grande, vozeria para os lados do Pavilhão dos Primários e o faxina preto nos cochichou que a polícia especial tinha aparecido lá e quebrado muita cabeça. Porquê? O informante erguia os ombros; tinham lhe dito apenas aquilo: várias cabeças partidas (RAMOS, 2004, p. 28, v. II).

Nesse trecho, o leitor é provocado pela angústia e pela incerteza dos acontecimentos, bem como afetado pela violência a qual os prisioneiros eram submetidos, tanto psicológica quanto física. Podemos afirmar então que, aqui, o leitor é aproximado da narrativa por estar entrando numa realidade cotidiana da qual não faz parte. O mesmo acontece no trecho a seguir:

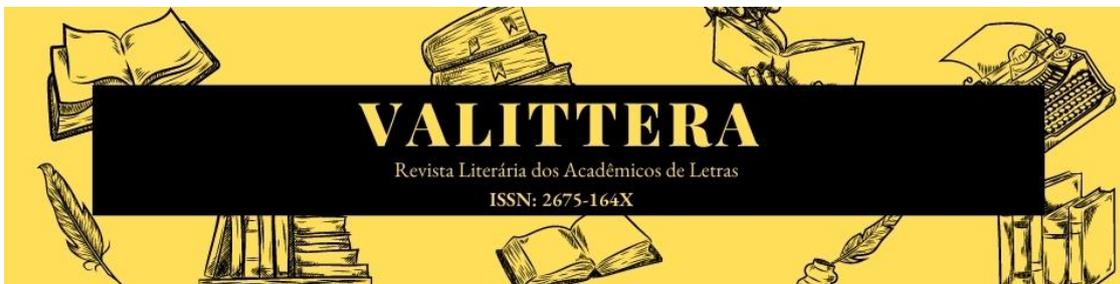
Em seguida Medina rezingou um protesto descabido: referiu-se à dureza do regime carcerário e julgou conveniente fazermos a greve da fome. Houve sussurro e o desagrado estampou-se nos rostos.

– Provação, murmurou Renato.

– Acha? perguntei.

– Sem dúvida. Que é que vamos reclamar? Estamos bem. E aqui há diversos estrangeiros. Se concordarmos nisso, eles serão mandados para lugar pior (RAMOS, 2004, p. 220, v. I).

Aqui, o leitor é exposto a analisar as medidas junto aos prisioneiros, que protestavam o descaso do regime carcerário frente aos homens que ali estavam. No entanto, era preciso pensar com cuidado nas medidas que iriam tomar, já que não queriam prejudicar seus companheiros. Ainda pensando no modo como Graciliano Ramos narra suas experiências, Alfredo Bosi (1995), em seu ensaio sobre o memorialismo em *Memórias do Cárcere*, traz para campo de análise o fato de que o autor-personagem foge de descrições ideológicas no percorrer da narrativa:

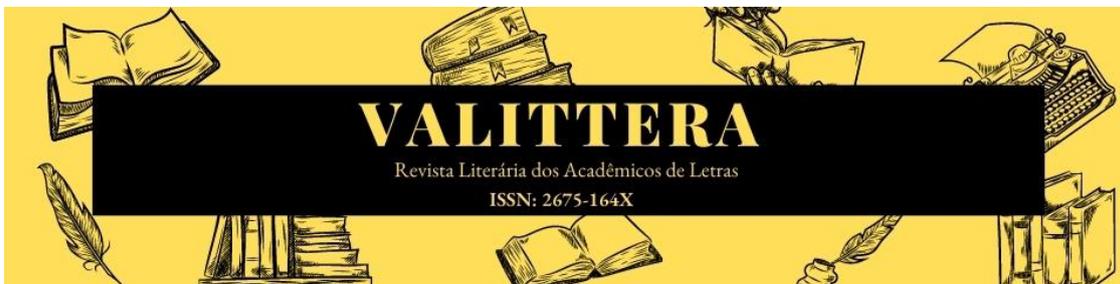


Começo reparando em um dado intrigante: a ausência quase completa de discussão ideológica sustentada ao longo das memórias. Nada há nestas que lembre, por exemplo, os cadernos de cárcere contemporâneos de Antonio Gramsci, saturados de polêmicas e de juízos sobre as ideologias do tempo no seu país e no mundo. [...] Eu diria que o autor simplesmente não se propôs olhar e, menos ainda, avaliar os seus companheiros enquanto sujeitos de um drama político (BOSI, 1995, p. 310).

Assim, podemos afirmar que o testemunho de Graciliano é, antes de tudo, construído por um observador, que busca uma explicação para a desgraça em que seus companheiros e a si são expostos. Antonio Candido (1999) atrela o tipo de narrativa graciliana ao fato de que o autor está preocupado em retratar o *ser*, colocando o caso individual como visão da realidade.

Indo na contramão de Mikhail Bakhtin, que afirmava que somente a relação existente entre autor-personagem dá valor literário ao texto, Roland Barthes (2004, p. 57), em *A Morte do Autor*, sustenta a ideia de que “a escritura é a destruição de toda voz, de toda origem, [...] a começar pela do corpo que escreve”, propondo para o campo das análises a desvinculação do texto com a pessoa biográfica do autor, porque este já não passa de um produtor de discursos, mero objeto que dá voz ao texto. Porém, nesse caso, podemos afirmar que *Memórias do Cárcere* é de suma importância para a construção de uma nova História, já que Graciliano assume a posição de produtor de discursos e dá voz àqueles que compartilharam a aflição dos dias encarcerados, fazendo com que sua situação como corpo aprisionado seja elemento fundamental para a escrita, indo na contramão ao que é proposto por Barthes.

Já para Michel Foucault (1992), essa sacralização do nome por trás do texto é prejudicial à leitura e à análise literária, pois a função desse texto passaria a ganhar mais atenção do que seu aspecto artístico. O escritor e crítico francês defendia a ideia de que o autor é um produto social, isto é, o sujeito por trás do texto é individualizado para que possa arcar com as consequências de seu texto, seja para lucrar ou para ser culpado. O que Foucault (1992) propõe, diferentemente de Barthes (2004), é que o autor seja analisado por outro viés, já que o autor é uma figura ideológica que reflete os sentidos de sua época. Desse modo, o crítico francês sustenta a ideia de que não devemos nos preocupar com quem fala, mas sim



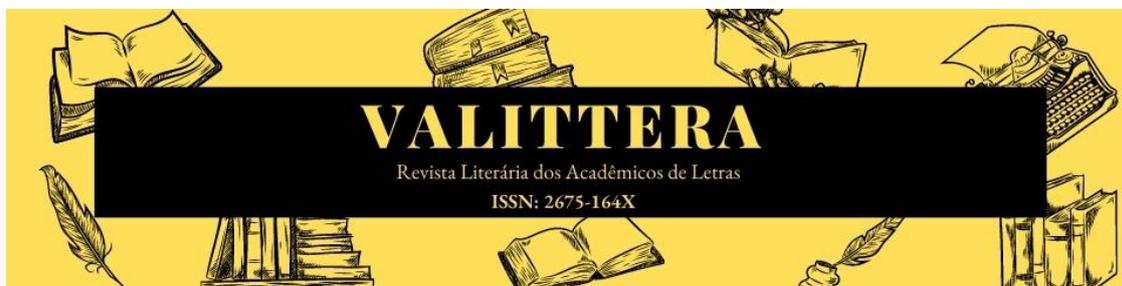
com a importância de quem fala. E é o que acontece no caso de *Memórias do Cárcere*, já que no livro sujeitos marginalizados ganham voz através da importância de Graciliano Ramos.

Ainda no início da obra, o narrador traz ao leitor o questionamento sobre a veracidade dos fatos ali narrados:

Em conversa ouvida na rua, a ausência de algumas sílabas me levou a conclusão falsa – e involuntariamente criei um boato. Estarei mentindo? Julgo que não. Enquanto não se reconstituírem as sílabas perdidas, o meu boato, se não for absurdo, permanece, e é possível que esses sons tenham sido eliminados por brigarem com o resto do discurso. [...] Nesta reconstituição de fatos velhos, neste esmiuçamento, exponho o que notei, o que julgo ter notado. [...] Dúvidas terríveis nos assaltam. De que modo reagiriam os caracteres em determinadas circunstâncias? O ato que nos ocorre, nítido, irrecusável, terá sido realmente praticado? Não será incongruência? Certa a vida é cheia de incongruências, mas estaremos seguros de não nos haveremos enganado? (RAMOS, 2004, p. 36-37, v. I).

A veracidade de fatos rememorados deve ser posta em questionamento, porque, mesmo que sua origem esteja no indivíduo, ela é constituída a partir das relações que o sujeito mantém com seu grupo social e com sua formação pessoal, como afirma Halbwachs (1990, p. 51): “cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva.” O sociólogo ainda sustenta a ideia de que o indivíduo está propenso a selecionar aquilo que quer lembrar, isto é, a reconstrução do passado é feita a partir de “dados emprestados do presente” (HALBWACHS, 1990, p. 71), que definem como e o que será trazido do passado. Em certa passagem de *Memórias do Cárcere*, Graciliano Ramos (2004, p. 317, v. II) afirma que, mesmo com as notas perdidas no decorrer de seus dez meses de prisão, “sem dúvida muitos caracteres se diluiriam no tempo, casos miúdos se esfumariam sem deixar vestígio, mas talvez resistissem as personalidades fortes, ações firmes, um diálogo, um gesto inesperado.”

Quando foi preso, Graciliano Ramos já havia publicado dois romances, *Caetés* e *São Bernardo*, e apenas dez anos após sua liberdade, começaria então a escrever *Memórias do Cárcere*. A veracidade dos fatos e a escrita da realidade sempre foram prioridade no trabalho do autor, mesmo que tenha escrito ficções, buscava escrever apenas aquilo que vivenciou. Podemos encontrar algumas passagens em sua última obra em que Graciliano se mostra receoso em



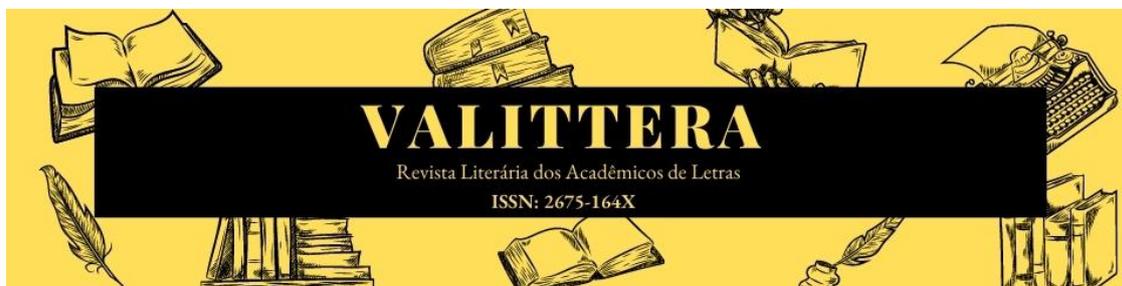
relação aos textos ficcionais, a citar quando, ainda preso, recebe uma das obras publicadas por José Lins do Rego:

Zanguiei-me com José Lins. Por que havia lançado àquilo? O admirável romancista precisava dormir no chão, passar fome, perder as unhas nas sindicâncias. A cadeia não é um brinquedo literário. Obtemos informações lá fora, lemos em excesso, mas os autores que nos guiam não jejuaram, não sufocaram numa tábua suja, meio doidos. Raciocinam bem, tudo certo. Que adianta? Impossível conceber o sofrimento alheio se não sofremos (RAMOS, 2004, p. 315, v. II).

Em seu artigo “Visão geral da obra: ficção e confissão” (2017), Ivan Marques discute a relação existente entre ficção e autobiografia nas obras gracilianas. Marques propõe que toda a obra do escritor sertanejo seja analisada a partir da representação do eu, já que, para Graciliano Ramos, o escritor deveria falar apenas sobre aquilo que vivenciou.

Todos os meus tipos foram constituídos por observações apanhadas aqui e ali, durante muitos anos. É o que penso, mas talvez me engane. É possível que eles não sejam senão pedaços de mim mesmo e que o vagabundo, o coronel assassino, o funcionário e a cadela não existam (RAMOS, 2016, p. 192).

Diferente do que temos em *Infância*, Graciliano Ramos abandona a ficção e parte para a escrita direta da realidade para testemunhar a prisão a partir de sua experiência pessoal. Mesmo que deixando de lado os elementos fictícios, em *Memórias do Cárcere* nos deparamos constantemente com o embate entre representação fiel e imparcial e “a ânsia subjetiva de confissão” (CANDIDO, 1999, p. 87), isso porque o escritor buscava manter suas marcas artísticas ao mesmo tempo em que se empenhava para representar personagens reais de maneira clara e natural. Como resultado de seus dias de cárcere, o escritor alagoano modificou a visão que tinha dos homens e de si mesmo: até então, Graciliano buscava retratar o homem de forma animalizada, condenado à prisão do mundo, porém, ao passar por porões de navios, celas lotadas, carros de presos, o escritor foi capaz de viver a degradação de sua humanidade e conceber um novo eu. Sobre isso Antonio Candido (1999, p. 91) afirma: “os



acontecimentos fizeram Graciliano Ramos passar do mundo como prisão à prisão enquanto mundo.”

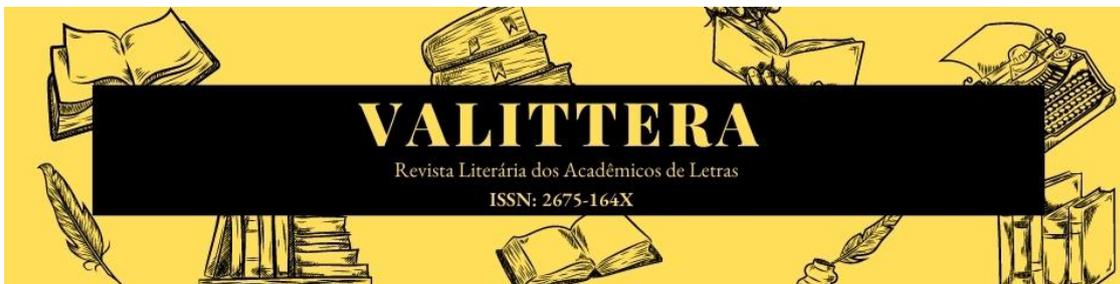
#### 4 NARRATIVAS DO EU E A MEMÓRIA

Em *Memórias do Cárcere* temos uma notável mudança no descobrimento de si mesmo, de Graciliano, por influência da descoberta dos homens. Isto é, ao ser exposto à fundo na descoberta dos marginalizados, Graciliano se depara com uma realidade que até então lhe parecia distante: a solidariedade e a gentileza. Em seu livro *Infância*, de 1945, somos apresentados a um Graciliano pessimista, agressivo e desconfiado com o próximo, que é comprovado em *Memórias do Cárcere* quando o autor dedica um capítulo todo ao estranhamento que sente ao se deparar com situações de solidariedade inesperadas.

Enquanto Graciliano passava por diferentes cárceres, deparava-se com inesperadas qualidades no próximo e isso fez com que o escritor alagoano reconstruísse a visão que tinha sobre si mesmo. Quando Graciliano deparava-se com situações de bondade, custava a acreditar que fossem reais, mas eram seguidamente reforçadas pela rigorosidade que o escritor possuía consigo mesmo, como podemos ver no seguinte trecho:

Sei lá o que se passava no meu interior? [...], é o exame do procedimento alheio que às revela as nossas misérias íntimas, nos faz querer afastar-nos de nós mesmos, desgostosos, nos incita à correção aparente. Na verdade, vigiando-me sem cessar, livrava-me de exibir sentimentos indignos. Afirmaria, porém, que eles não existiam? Tudo lá dentro é confuso, ambíguo, contraditório, só os atos nos evidenciam, e surpreendemo-nos, quando menos esperamos, fazendo coisas e dizendo palavras que nos horrorizam (RAMOS, 2004, p. 104-105, v. I).

Ao levarmos em consideração as narrativas centradas nas histórias e sentimentos daquele que as escreve, devemos entrar no campo dos estudos propostos pelo teórico francês Philippe Lejeune. O teórico propõe que a autobiografia seja uma “narrativa retrospectiva em prosa que uma pessoa real faz de sua própria existência, colocando acento sobre sua vida individual, em especial sobre a história de sua personalidade” (LEJEUNE, 2014, p. 15).

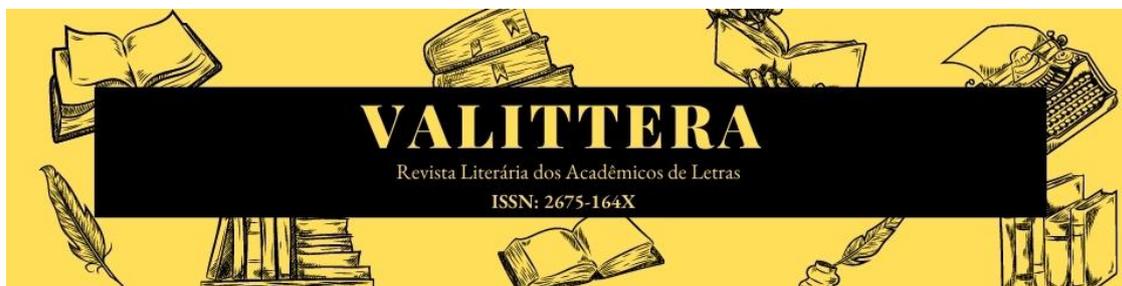


Philippe Lejeune, em sua obra *O Pacto Autobiográfico: de Rousseau à Internet* (2014), lembra-nos que a definição de autor muda com o passar dos séculos, isso porque o termo está diretamente ligado à evolução dos meios de comunicação. Por exemplo, há alguns séculos, o autor era aquele que copiava o texto ou aquele que lia em voz alta, hoje, o autor de um filme pode ser o diretor e o roteirista, quando não são a mesma pessoa. Contudo, Lejeune (2014) define como autor aquele que assume a responsabilidade pela mensagem transmitida nos meios de comunicação:

A determinação do autor depende tanto das leis desse circuito quanto da materialidade dos fatos. A questão se complica pelo fato de a noção de autor remeter à ideia de *iniciativa* quanto à de *produção* [...], o estatuto de autor tem diferentes aspectos, suscetíveis de serem dissociados, e eventualmente também compartilhados: a responsabilidade jurídica, o direito moral e intelectual, a propriedade literária (e os direitos financeiros a ela veiculados), e a assinatura que, simultaneamente, remete ao problema jurídico e faz parte de um dispositivo textual (capa, título, prefácio, etc.), através do qual o contrato de leitura é estabelecido (LEJEUNE, 2014, p. 124).

A escrita, no entanto, pressupõe um agente, há a necessidade de uma pessoa por trás da obra, e dessa carência nasce a *função-autor*. O escritor sendo aquele que escreve o texto e o autor aquele que assume as consequências com um nome, a função-autor assume o papel de imortalizar esse autor, enquanto o escritor é mortal. Isto é, a função-autor apropria-se das funções burocráticas da escrita: torna-se responsável pelos escritos, por seu modo de existência e de funcionamento dentro da sociedade, mas não é a voz do autor, pois “todos os discursos que são providos da função-autor comportam esta pluralidade de ‘eus’” (FOUCAULT, 1992, p. 55).

Essa multiplicidade de “eus” põe a autenticidade do literário e o não-literário em questão em gêneros como autobiografias, memórias, autorretratos etc., pois nesses gêneros temos a ficção e a verdade em jogo, conceitos que questionam a veracidade dos papéis que cada sujeito textual desempenha. Em gêneros como os citados, a relação entre autor e personagem se estabelece através da verossimilhança, já que, embora o sujeito do enunciado (personagem) e o sujeito que produz a narração (autor-narrador) sejam os mesmos, estão



separados pela distância temporal da enunciação e dos fatos em si. Podemos afirmar que este é um dos motivos pelos quais a definição de autobiografia aceita falhas e deformações, já que escrever sobre si depende de sua memória, de sua posição social e de seu conhecimento.

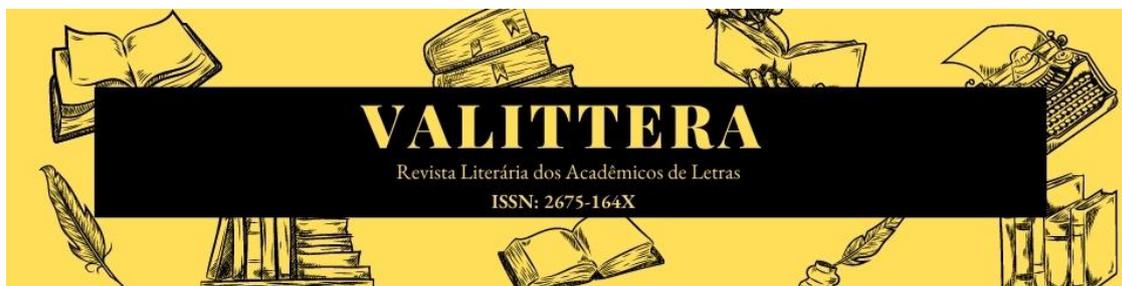
## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Prisioneiro político durante a Era Vargas, Graciliano Ramos relatou suas experiências durante a ditadura com o intuito de construir uma nova memória social, tornando-se porta-voz daqueles que foram silenciados pela violência. Assim, podemos concluir que, neste caso, a literatura de testemunho torna-se uma nova forma de contar a História, colocando os oprimidos e marginalizados como foco de uma narrativa.

Mesmo que nessa obra Graciliano Ramos busque dar voz aos seus companheiros de cárcere, seu testemunho torna-se uma forma de superar os eventos traumáticos que ainda permaneciam em suas memórias. Em *Memórias do Cárcere*, temos uma notável mudança na literatura do escritor alagoano, agora sua visão do homem, e de si mesmo, já não era mais a mesma, como ele mesmo escreveu: “precisamos viver no inferno, mergulhar nos subterrâneos sociais, para avaliar ações que não poderíamos entender aqui em cima” (RAMOS, 2004, p. 154, v. I). Graciliano Ramos admite, então, sua fraqueza e sua insuficiência diante da opressão com o intuito de mostrar que a degradação de sua humanidade leva a uma nova concepção do seu eu, mostrando ao leitor que o horror dos anos de ditadura torna-se condição para a escrita de uma reconstrução da História.

## REFERÊNCIAS

- ADORNO, Theodor. Palestra sobre lírica e sociedade. In: ADORNO, Theodor. *Notas de Literatura I*. São Paulo: Editora 34, 2003, p. 65-89.
- ANTONELLO, Diego Frichs. *Trauma, memória e escrita: uma articulação entre a literatura de testemunho e psicanálise*. Rio de Janeiro: Tese de Doutorado em Memória Social, UFRJ, 2016.



ARAÚJO, Maria P. N.; SANTOS, Myrian S. dos. História, memória e esquecimento: Implicações políticas. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Coimbra: n. 79, 2007, p. 95-111. Disponível em: <https://doi.org/10.4000/rccs.728>

BARTHES, Roland. A Morte do Autor. In: BARTHES, Roland. *O Rumor da Língua*. São Paulo: Martins Fontes, 2004, p. 57-64.

BENJAMIN, Walter. O Narrador: Considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política*, v. I. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1987, p. 197-222.

BENJAMIN, Walter. Conto e cura. In: BENJAMIN, Walter. *Rua de Mão Única*. Vol. II. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1987, p. 269.

BOSI, Alfredo. A escrita do testemunho em Memórias do Cárcere. [S.l]: *Estudos Avançados [online]*, v. 9, n. 23, 1995, p. 309-322. Disponível em <https://doi.org/10.1590/S0103-40141995000100020>.

CANCELLI, Elizabeth. *O mundo da violência: a polícia na Era Vargas*. 2. ed. Brasília: Editora UnB, 1994.

CANDIDO, Antonio. *Ficção e Confissão: Ensaios sobre Graciliano Ramos*. Rio de Janeiro: 34, 1999.

FOUCAULT, Michel. *O que é um autor?* 6. ed. Lisboa: Vega, 1992.

HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais Ltda., 1990.

LEJEUNE, Philippe. *O Pacto Autobiográfico: De Rousseau à Internet*. Minas Gerais: UFMG, 2014.

LEVI, Primo. *A tabela periódica*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

MARCO, Valéria de. A Literatura de Testemunho e a Violência de Estado. São Paulo: *Lua Nova*, n. 62, 2004, p. 45-68.

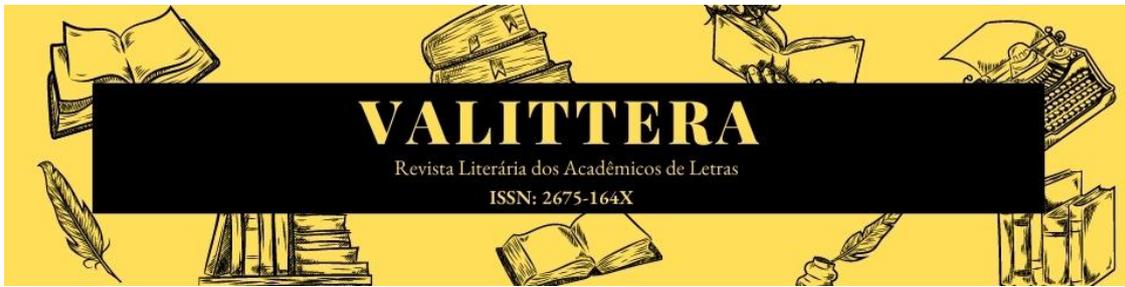
MARQUES, Ivan. Visão geral da obra: ficção e confissão. In: MARQUES, Ivan. *Para amar Graciliano*. São Paulo: Faro Editorial, 2017, p. 29-38.

MEDEIROS, Ana Vera R. de; MACIEL, Sheila Dias. A configuração das memórias em São Bernardo e Memórias do Cárcere. *Signótica*, [S.l], v. 19, n. 1, 2007, p. 15-32.

PELLEGRINI, Tânia. No fio da navalha: literatura e violência no Brasil de hoje. *Estudos De Literatura Brasileira Contemporânea*, Brasília: n. 24: Literatura nas margens, 2004, p. 15-34. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/estudos/article/view/9003>

RAMOS, Graciliano. *Memórias do Cárcere*. 40a ed. v. I e II. Rio de Janeiro: Record, 2004.

RAMOS, Graciliano. Alguns tipos sem importância. In: RAMOS, Graciliano. *Linhas Tortas*. Rio de Janeiro: Record, 2016, p. 190-193.



SELIGMANN-SILVA, Márcio. Literatura de testemunho: os limites entre a construção e a ficção. *Letras*, [S.l.], n. 16, 2014, p. 9-37. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/letras/article/view/11482>>. Acesso em: 27 maio 2018.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. Literatura e trauma. *Pro-Posições*, v. 13, n. 3, 2016, p. 135-153.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. Narrar o trauma: a questão dos testemunhos de catástrofes históricas. *Psicologia Clínica*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1, 2008, p. 65-82. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-56652008000100005&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-56652008000100005&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 28 maio 2018.

Recebido em 07/06/2021.

Aceito em 28/08/2021.